



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
25ª Câmara Cível

Avenida Borges de Medeiros, 1565 – Porto Alegre/RS – CEP 90110-906

APELAÇÃO CÍVEL Nº 5002231-33.2023.8.21.0135/RS

TIPO DE AÇÃO: Cláusulas Abusivas

RELATOR: DESEMBARGADOR EDUARDO JOAO LIMA COSTA

APELANTE: COOPERATIVA DE CREDITO _____ (RÉU) **APELADO:**
_____ (AUTOR)

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação interposto por **COOPERATIVA DE CREDITO** _____ **contra a sentença que julgou procedente a ação de revisão de contrato n.50022313320238210135 movida por**

_____.

O dispositivo da sentença está assim redigido (evento 31, SENT1):

*Pelo exposto, **JULGO PROCEDENTES** os pedidos, para o fim de limitar os juros remuneratórios do contrato de empréstimo descrito na petição inicial n.º 2305816 à taxa média de mercado à época da contratação, de acordo com a taxa de juros estabelecida pelo Banco Central do Brasil na série 25442(1,65% a.m.), afastando os efeitos da mora e condenando a parte ré à devolução dos valores cobrados em excesso, subtraindo-os, se for o caso, das parcelas vincendas, com a repetição simples do indébito, caso exista crédito em favor da parte autora após a compensação dos valores. O valor deverá ser corrigido monetariamente pelo IPCA (artigo 507 da Consolidação Normativa Judicial do TJRS) a partir de cada desembolso e acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar da data da citação.*

Diante da sucumbência, condeno a parte ré, com base no artigo 85, § 2º, do CPC, ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o proveito econômico da causa, em razão do grau de complexidade da causa.

Sentença publicada e registrada neste sistema.

Intimações eletrônicas expedidas no ato.

Oportunamente, archive-se com baixa.

A parte demandada, **COOPERATIVA DE CRÉDITO** _____, em suas razões (evento 36, APELAÇÃO1), sustenta que os juros remuneratórios devem ser mantidos como contratados, pois ausente abusividade.

Alega que a taxa média de mercado divulgada pelo Bacen não pode, por si só, ser considerada como limite a ser praticado pelas instituições financeiras.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
25ª Câmara Cível

Diz que "*A limitação de juros remuneratórios, como sabemos, está pautada na existência ou não de índices que reflitam abusividade capaz de afrontar o equilíbrio contratual e gerar uma onerosidade excessiva ao consumidor.*"

Afirma que a parte autora apresentou valor aleatório como incontroverso, sem nenhum cálculo ou justificativa para embasar sua pretensão.

Pugna pelo provimento do apelo.

Houve preparo (evento 35).

Apresentadas contrarrazões (evento 42, CONTRAZ1)

Vieram os autos conclusos.

É o relatório.

VOTO

Conheço do recurso, pois adequado e tempestivo.

RELAÇÃO CONTRATUAL

Houve a revisão do contrato de empréstimo pessoal n. 2305816, firmado em maio/2022, com taxa de juros de 2,39% ao mês (evento 26, CONTR2).

VALOR INCONTROVERSO

Não merece ser acolhida a inconformidade com os cálculos trazidos pela _____

A autora, ao ajuizar a ação revisional deve observar o disposto no art. 330, § 2º, do CPC, o que foi satisfeito na inicial, quer no corpo da peça processual, quer em cálculo apresentado ao início da lide (evento 1, CALC6).

Evidentemente, havendo controvérsia suficiente e relevante acerca dos encargos do contrato, o cálculo deverá apenas apresentar certa razoabilidade ou correspondência com o mérito do litígio, o que é o caso dos autos.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
25ª Câmara Cível

Não sendo possível no momento da propositura da ação a exata quantificação dos valores, os quais serão apurados em eventual fase de liquidação de sentença, é impossível a rejeição da inicial e em especial depois de tramitação da lide e com sentença proferida quando se deverá observar a regra do art 4 do CPC.

Lado outro, o juízo a quo quando recebeu a inicial não exigiu emenda para se atender o que especifica o art. 330, § 2º, do CPC e, na sentença, adentrou acerca desta temática.

Preliminar rejeitada.

JUROS REMUNERATÓRIOS

É necessário contextualizar a discussão acerca da limitação dos juros remuneratórios, a fim de compreensão do julgado.

A Carta Política de 1988 deu ensejo ao intenso debate jurídico sobre a limitação dos juros remuneratórios em contratos bancários. E disso derivaram duas correntes interpretativas, no caso: a) os que entendiam a auto-aplicabilidade do § 3º do artigo 192, e b) os que compreendiam ser norma de eficácia contida (necessária integração com lei complementar).

Inequívoco que o artigo 192, § 3º, da Constituição Federal não era auto-aplicável. É insustentável qualquer argumento em contrário diante da decisão do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a ADIN nº 4-7, que expressou a necessidade de norma infraconstitucional regulando o dispositivo constitucional. Tampouco solve a questão o argumento de incidência do § 4º, do artigo 173 da Constituição Federal, eis que inaplicável ao caso em apreço.

Ademais, as decisões dos tribunais superiores já não se baseiam nessa tese, eis que o Supremo Tribunal Federal pacificou o tema com a Súmula Vinculante nº 07, ao passo que a Emenda Constitucional n. 40/2003 retirou da Carta Magna a pretensa limitação dos juros.

No tocante à aplicação da Lei de Usura, é matéria revogada pelo art. 4º, inc. IX da Lei 4.595/64 que se aplica às instituições do sistema financeiro nacional (bancos, financeiras, administradora de cartões de crédito e cooperativas). Não mais se impõe, desde os idos de 1964, qualquer restrição à taxa de juros cobrada pelas instituições financeiras.

Poder-se-ia aduzir que a Lei nº 4.595/64, em seu artigo 4º, IX, apenas facultou ao Conselho Monetário Nacional limitar as taxas de juros. E, com isso, limitar não é autorizar taxa de juros à vontade da instituição financeira. Entretanto, a inexistência de um teto ou limitador expresso deixa antever que autorização há, pois em sentido contrário estaria, por Resolução do CMN, disciplinando as taxas máximas e mínimas de juros a serem cobradas. Resulta que, ante a carência de limitador, a fixação das taxas de juros é perfeitamente cabível.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
25ª Câmara Cível

Por outro lado, há que se relembrar da aplicabilidade dos enunciados expressados no enunciado nº. 596 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, a qual expõe que a Lei de Usura (Decreto nº 22.626/33) não é aplicável às instituições financeiras. Tampouco incide a regra dos artigos 591, 407 e 406, todos do Código Civil brasileiro, mercê de que houve convenção entre os litigantes sobre a taxa de juros, além do que a lei civil somente rege matéria que não se subsume a legislação especial, notadamente do Sistema Financeiro Nacional.

Nessa linha de raciocínio, transcrevo acórdão do Superior Tribunal de Justiça, conforme incidente de recurso repetitivo, o que motivou a expedição da Orientação nº 1:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. [...] ORIENTAÇÃO 1 - JUROS REMUNERATÓRIOS.

a) As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF;

b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade;

c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02;

d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto.

[...]

(Recurso Especial n. 1.061.530/RS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009).

Contudo, os juros que discrepam excessivamente da média de mercado representam uma abusividade, ou uma onerosidade excessiva ao consumidor. E a redução dos juros à taxa média de mercado não representará prejuízo à instituição financeira, eis que irá assegurar que esta receberá o valor que o mercado paga em operações idênticas, durante o período da contratação.

Acrescento que a incidência do Código de Defesa do Consumidor (art. 51), a fim de reconhecer a onerosidade excessiva, requer demonstração analítica, cuja argumentação hipotética não resolve o tema. Sequer aceitável a assertiva de que se trata de contrato de adesão, o qual implica cooptação da vontade do aderente.

De resto, não basta a simples circunstância de que



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
25ª Câmara Cível

os juros remuneratórios sejam acima de 12% ao ano para declaração de abusividade, em face do disposto na Súmula nº 382 do Superior Tribunal de Justiça:

A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade.

Consigno, também, que o uso da taxa SELIC, ou sua aplicação como referência à taxa de juros remuneratórios é descabida, porquanto não representa a taxa média praticada pelo mercado, na forma da reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

EXAME DA ABUSIVIDADE

O contrato de empréstimo pessoal n. 2305816, firmado em maio/2022, com taxa de juros de 2,39% ao mês (evento 26, CONTR2), ao passo que a taxa média apurada pelo Bacen para contratos celebrados no mesmo período foi de 1,65% ao mês (25442 - Taxa média mensal de juros das operações de crédito com recursos livres - Pessoas jurídicas Capital de giro com prazo superior a 365 dias).

~~No caso em concreto, verifica-se~~ que a taxa de juros remuneratórios prevista no contrato objeto da lide é superior à taxa média de mercado para o período, além do limite de tolerância deste Colegiado (30%). Ademais, a taxa média dos juros remuneratórios serve apenas com meio de referência para se perquirir da abusividade ou não dos mesmos, quando outros elementos fáticos devem ser levados em consideração (Agravado em Recurso Especial n. 2.155.365/MG, AgInt no AResp n. 2.093.714/MS e Recurso Especial n. 2.025.249/RS).

O Superior Tribunal de Justiça, quando do julgamento do Recurso Especial n. 2.009.614/SC, fixou distinção necessária para viabilizar a revisão de cláusulas contratuais para se conformar com o que disciplina o Recurso Especial n. 1.061.530/RS, submetido ao rito dos recursos especiais repetitivos, conforme a seguinte ementa:

RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE MÚTUO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. REVISÃO. CARÁTER ABUSIVO. REQUISITOS. NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA.

1- Recurso especial interposto em 19/4/2022 e concluso ao gabinete em 4/7/2022.

2- O propósito recursal consiste em dizer se: a) a menção genérica às "circunstâncias dadas" não descritas na decisão, acompanhada ou não do simples cotejo entre a taxa de juros prevista no contrato e a média praticada no mercado, é suficiente para a revisão das taxas de juros remuneratórios pactuadas em contratos de mútuo bancário; e b) qual o incide a ser aplicado, na espécie, aos juros de mora.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
25ª Câmara Cível

3- *A Segunda Seção, no julgamento REsp n. 1.061.530/RS, submetido ao rito dos recursos especiais repetitivos, fixou o entendimento de que "é admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante as peculiaridades do julgamento em concreto."*

4- *Deve-se observar os seguintes requisitos para a revisão das taxas de juros remuneratórios: a) a caracterização de relação de consumo; b) a presença de abusividade capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada; e c) a demonstração cabal, com menção expressa às peculiaridades da hipótese concreta, da abusividade verificada, levando-se em consideração, entre outros fatores, a situação da economia na época da contratação, o custo da captação dos recursos, o risco envolvido na operação, o relacionamento mantido com o banco e as garantias ofertadas.*

5- *São insuficientes para fundamentar o caráter abusivo dos juros remuneratórios: a) a menção genérica às "circunstâncias da causa" - ou outra expressão equivalente; b) o simples cotejo entre a taxa de juros prevista no contrato e a média de mercado divulgada pelo BACEN e c) a aplicação de algum limite adotado, aprioristicamente, pelo próprio Tribunal estadual.*

6- *Na espécie, não se extrai do acórdão impugnado qualquer consideração acerca das peculiaridades da hipótese concreta, limitando-se a cotejar as taxas de juros pactuadas com as correspondentes taxas médias de mercado divulgadas pelo BACEN e a aplicar parâmetro abstrato para aferição do caráter abusivo dos juros, impondo-se, desse modo, o retorno dos autos às instâncias ordinárias para que aplique o direito à espécie a partir dos parâmetros delineados pela jurisprudência desta Corte Superior.*

7- *Recurso especial parcialmente provido.*

(REsp n. 2.009.614/SC, relatora Ministra Nancy Andrichi, Terceira Turma, julgado em 27/9/2022, DJe de 30/9/2022.)

A Ministra **Nancy Andrichi**, Relatora do recurso especial noticiado, traçou diretrizes para solução da discussão acerca de possível abusividade ou não dos encargos contratuais, *ipsis litteris*:

*"(...) 18. Em síntese, deve-se observar os seguintes requisitos para a revisão das taxas de **juros** remuneratórios: a) a caracterização de relação de consumo;*

b) a presença de abusividade capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada; e

c) a demonstração cabal, com menção expressa às peculiaridades da hipótese concreta, da abusividade verificada, levando-se em consideração, entre outros fatores, a situação da economia na época da contratação, o custo da captação dos recursos, o risco envolvido na operação, o relacionamento mantido com o banco e as garantias ofertadas, revelando-se insuficiente, portanto, (I) a menção genérica às "circunstâncias da causa" – ou outra



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
25ª Câmara Cível

*expressão equivalente -, (II) o simples cotejo entre a taxa de **juros** prevista no contrato e a média de mercado divulgada pelo BACEN e (III) a aplicação de algum limite adotado, aprioristicamente, pelo próprio Tribunal estadual"*

O risco do negócio assumido pela instituição demandada, ao conceder crédito a pessoas com alto grau de inadimplência, deve estar plenamente demonstrado nos autos, o que não se observa da aferição dos elementos fáticos dos autos. Ou seja, não se pode admitir que o grau de risco da operação, decorrente da alegada situação financeira desfavorável dos seus clientes, tenha o condão de permitir a cobrança de juros exorbitantes pela instituição financeira, colocando o consumidor em desvantagem, diante da referida situação.

Nesse cotejo, o risco de crédito também requer o exame das condições do mutuário em quitar o débito e seu perfil de consumidor no mercado. Nem elementos há no sentido de noticiar o histórico de eventuais pendências com empresas outras, ou que não disponha de patrimônio para honrar a obrigação.

Pontualmente, o contrato é quitado por meio de **desconto em conta-corrente** ausente demonstração de que o consumidor tenha pendência de crédito, ou que se trate de esporádica relação creditícia entre as partes. Nem há indicativos que a taxa de juros ao tempo da contratação é decorrente de evento econômico peculiar que lhe dê suporte, ou o custo da operação (captação de valores) impunha tal percentual.

Enfim, o risco da operação ou o custo da captação dos recursos, em comparação com outras instituições financeiras similares sequer os elementos fáticos há no caso dos autos.

Por tudo, nem existe comprovação da presença dos requisitos objetivos mencionados pela Ministra **Nancy Andrighi**, ou seja, da *"...a situação da economia na época da contratação, o custo da captação dos recursos, o risco envolvido na operação, o relacionamento mantido com o banco e as garantias ofertadas..."*.

Apelação não provida.

SUCUMBÊNCIA RECURSAL

O art. 85, § 11º, do CPC estabelece que o Tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente, levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal.

No caso dos autos, o juízo *a quo* arbitrou honorários em 10% sobre o proveito econômico da causa, a ser adimplido pela parte ré conforme dispositivo sentencial acima colacionado.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
25ª Câmara Cível

Assim, tendo em vista o regramento previsto no § 11º do art. 85 do CPC e, em razão do trabalho adicional realizado em grau recursal, reputo viável a majoração dos honorários devidos ao procurador da parte autora em 05%, totalizando 15% sobre o proveito econômico da causa, quantia a ser corrigida pelo IPCA, a contar do demonstrativo de cálculo (art. 524 do CPC), e juros de mora com base na Taxa Selic calculado na forma do art. 406, § 1º, do CCB, a partir do trânsito em julgado.

Destaco que tais valores atendem aos critérios balizadores previstos nos §§ 2º e 8º do art. 85 do CPC.

DISPOSITIVO

Ante ao exposto, voto por rejeitar a preliminar e negar provimento ao apelo da parte demandada, nos termos da fundamentação. Sucumbência recursal fixada.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
25ª Câmara Cível

Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JOAO LIMA COSTA, Desembargador**, em 26/02/2025, às 09:52:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc2g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **20007486438v10** e o código CRC **a1b80b6b**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): EDUARDO JOAO LIMA COSTA Data e

Hora: 26/02/2025, às 09:52:52

5002231-33.2023.8.21.0135

20007486438 .V10